DIARIO DO GOVERNO

A correspondencia official da capital e das provincias, franca de porte, bem como os periodicos que trocaram com o Diario, devem dirigir-se á Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literarias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno 18\$000
Ditas por semestre 10\$000
Numero avulso, cada folha de quatro paginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 9 de agosto de 1902, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada annuncio publicado no Diario do Governo

A correspondencia para a assinatura do Diario do Governo deve ser dirigida á Administracão Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar á publicacão de annuncios será enviada á mesma Administracão Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importancia.

SUMMARIO

MINISTERIO DO INTERIOR:

Nota do despacho que designou um official de diligencias da Relacão de Lisboa para fazer serviço junto do Tribunal de Honra de Lisboa.
Decretos de 16 de fevereiro:
Negando provimento nos recursos n.º 12:138, 13:254, 13:549 e 13:550, em que eram recorrentes, respectivamente, a Camara Municipal de Fornos de Algodres, José Maria Leite Junior e outros, Herminio da Silva Coelho e outros e Antonio de Oliveira e outros.
Autorizando a Misericordia de Montemor-o-Novo a elevar o ordenado do respectivo pharmaceutico.
Autorizando a Misericordia de Melgaço a criar um lugar de medico auxiliar.
Autorizando a Misericordia da Ericeira a elevar o vencimento do seu escriptorio, a supprimir o lugar de sacristão ajudante de enfermeiro e a criar um lugar de enfermeiro e outro de sacristão.
Approvando o quadro do pessoal do Asyle João Teixeira de Barros, a cargo da Misericordia de Alijó.
Rectificacão ao decreto referente á Associação Promotora do Ensino dos Cegos Ayl—Escola Antonio Feliciano de Castilho.
Portarias de 16 de fevereiro:
Autorizando a Misericordia da Covilhã e o Circulo Catholico de Operarios de Vianna do Castello a applicarem o producto da venda de uns predios a determinadas despesas.
Louvando o cidadão Antonio da Veiga Nogueira, por serviços especiaes prestados á instrucção popular.
Despachos criando, transferindo e convertendo escolas primarias.
Despachos criando logares de professor-ajudante em tres escolas primarias.
Despachos pela Direcção Geral da Instrucção Primaria, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DA JUSTIÇA:

Despachos e rectificacões a despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.
Nota dos delegados dependentes da Relacão de Lisboa que estiveram ausentes com licença em janeiro.

MINISTERIO DAS FINANÇAS:

Despachos e rectificacões a despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.
Annuncio para venda de papel inutilizado existente no edificio do supprimido Convento de Santa Joana, em Lisboa.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Decreto com força de lei de 16 de fevereiro, mandando pôr em execução o regulamento dos portos artificiaes de Ponta Delgada e Horta anexo ao mesmo decreto.
Decreto de 13 de fevereiro, concedendo provimento no recurso n.º 13:461, em que era recorrente a mazania do pagode de Xry Xanta Durga Nerlicarina, de Perném, Estado da India.
Despachos pela Direcção Geral das Colonias, sobre movimento de pessoal.
Annuncios, programmas e condições de concurso para aferramento de terrenos situados nos districtos do Congo, Huilla e Loanda.

MINISTERIO DO FOMENTO:

Nota das receitas depositadas em outubro ultimo por varios estabelecimentos dependentes da Direcção Geral de Obras Publicas e Minas.
Nota das receitas, em janeiro, das officinas annexas á Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos e Topographicos.
Relacão de pedidos de registro de patentes de invenção.
Rectificacão á relacão do pessoal agronomico publicada no Diario n.º 24.
Decretos de 11 de fevereiro, concedendo a exoneração a um vogal da 4.ª Secção do Conselho Superior da Agricultura e nomeando outro.
Despachos e rectificacões a despachos pela Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, sobre movimento de pessoal.
Despacho elevando á categoria de estação a caixa postal de Ribamar, no concelho de Mafra.
Despacho concedendo uma licença a um escriptorio da Junta Administrativa da Caixa de Reformas, Subsídios e Pensões do Pessoal dos Serviços de Obras Publicas.
Habilitações para levantamento de creditos.

TRIBUNAES:

Supremo Tribunal Administrativo, acordãos n.º 12:892, 13:378, 13:470, 13:476, 13:508, 13:528, 13:535, 13:536 e 13:566.
Tribunal de Contas, acordãos julgando as contas de responsaveis.

AVISOS E ANNUCIOS OFFICIAES:

Camara Municipal de Lisboa, annuncios de concurso para provimento de logares de amanuense vagos na 1.ª e 2.ª repartições da Camara; annuncio para arrematacão da obra de revestimento de uma via para destinada a transporte de carnes; habilitação para levantamento de um credito.
Junta do Credito Publico, editos para justificacão de extravio de titulos.
Administracão do concelho da Horta, edital acerca do julgamento das contas do receptor do concelho, de 1899 a 1904.
Santa Casa da Misericordia de Lisboa, relacão dos numeros premiados na 31.ª extracção da lotaria de 1910-1911; plano para a 35.ª extracção.
Estacão Naval de Angola, annuncio para venda do navio depositado-fermario *Africa*, surto no porto de Loanda.
Observatorio Astronomico de Lisboa, boletim da hora media na 2.ª quinzena de fevereiro.
Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estacão Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

SOCIEDADES COOPERATIVAS:

Escritura de constituicão da Cooperativa Povoense, da Povo do Varzim.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANNUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.

SUMMARIO DOS APPENDICES

N.º 68 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 15 de fevereiro.

MINISTERIO DO INTERIOR

Secretaria Geral

Para os devidos effeitos se declara que, por despacho do presidente do Tribunal da Relacão de Lisboa de 14 do corrente mês e de acordo com o decreto de 31 de dezembro de 1910, foi designado para servir junto do Tribunal de Honra de Lisboa, o official de diligencias da mesma Relacão, Francisco Pedro da Conceicão e Carmo.

Secretaria do Ministerio do Interior, em 17 de fevereiro de 1911.—O Secretario Geral, José Barbosa.

Direcção Geral de Administracão Política e Civil

1.ª Repartição

Sendo presente ao Governo Provisorio da Republica Portuguesa a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acerca do recurso n.º 12:138, em que é recorrente a Camara Municipal do concelho de Fornos de Algodres, e recorrida a Camara Municipal do concelho de Celorico da Beira, e de que foi relator o vogal extraordinario Dr. Manuel Paes Villas Boas:

Mostra-se que tendo sido, por decreto de 13 de janeiro de 1898, desannexadas do concelho de Celorico da Beira e annexadas ao de Fornos de Algodres, a freguesia de Juncaes com a povoação de Cadouços, a referida Camara de Celorico, em sessão de 15 de novembro de 1902, resolveu intentar acção contra a de Fornos de Algodres reclamando d'esta o pagamento dos encargos que a esta ficaram pertencendo, em conformidade dos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 6.º do citado decreto, pelo facto da referida desannexação;

Que esses encargos são relativos aos emprestimos municipaes de 3 de julho de 1895, de 8 de março de 1892 e de 22 de junho de 1896, nos quaes é credora a Companhia de Credito Predial Português, e ao de 14 de fevereiro de 1886, em que é credora a Caixa Geral de Depósitos, na importancia total de 26:727\$566 réis de capital acrescido com a quantia de 3:773\$653 réis, importancia dos juros vencidos até 31 de dezembro de 1897;

Que o rendimento collectavel do concelho de Celorico era naquella data de 77:601\$740 réis, sendo os rendimentos collectaveis da freguesia de Juncaes e da povoação de Cadouços de 4:518\$140 réis, como tudo constava do mappa junto (documento a fl. . .);

Que estabelecida a devida proporção, e praticadas as correspondentes operações, tinha a Camara recorrente de pagar na epoca da mencionada desannexação, ou até 31 de dezembro de 1897, a quantia de 219\$710 réis de juros em divida, cujo pagamento lhe compete pelas freguesias annexadas, correspondendo-lhe pagar annualmente 104\$070 réis de juros e amortização, importancia esta que até 30 de novembro de 1902 seria de 511\$661 réis;

Que adicionada esta ultima quantia á liquidada em 31 de dezembro de 1897, importava o total da divida, calculado até 30 de novembro de 1902 (documento a fl. . .), em 731\$371 réis;

Allegava ainda a Camara recorrida que de balde empenehara diligencias amigaveis para levar a Camara recorrente a reconhecer e pagar as quantias devidas, como ficam referidas, não podendo a Camara devedora invocar nenhum fundamento legal para se recusar, nestes termos, ao cumprimento das disposições do citado decreto, tendo-as a Camara recorrida observado na parte que lhe respeitavam;

Contestou a Camara recorrente:

Que a base tomada pela recorrida, o rendimento collectavel das freguesias annexadas era illegal em face do disposto no n.º 7.º do artigo 5.º, e dos n.ºs 3.º e 5.º do artigo 6.º do decreto de 13 de janeiro de 1898;

Que a Camara recorrente não podia ser obrigada ao pagamento reclamado de 219\$710 réis, relativa a juros e amortização dos emprestimos contrahidos emquanto a Camara recorrida tinha distrahido da sua determinada applicação as verbas orçamentaes, destinadas áquelles pagamentos, não podendo caber-lhe alguma responsabilidade nas irregularidades da administracão municipal da Camara recorrida;

Que a importancia do emprestimo de 4:000\$000 réis, contrahido em 22 de junho de 1896, foi applicada na compra da casa dos paços do concelho, a qual ficava na exclusiva propriedade da Camara recorrida;

Que do emprestimo de 7:038\$246 réis, referido a 8 de maio de 1892, não deve resultar encargo algum para a Camara recorrente, porquanto a Camara recorrida não demonstrava a applicação que lhe dera, não se provando se foi em obras ou fornecimentos no interesse para o municipio, nem se antes ou depois do facto da desannexação;

Que a Camara recorrente se não recusou a pagar o que legalmente devesse, sendo d'isso prova o ter procurado amigavelmente chegar a acordo com a Camara recorrida;

Mostra-se que nas allegações finaes se não adduz materia que não tivesse sido articulada;

Mostra-se a legitimidade das partes;

Mostra-se em sentença de fl. . ., que foi julgada procedente a reclamação da Camara recorrida, sendo condemnada a recorrente no pagamento das quantias reclamadas, e devidas até 13 de janeiro de 1898, e absolvida do pagamento da quantia de 219\$710 réis, como tambem se pedia na petição inicial.

O que tudo visto e ponderado, e o mais que dos autos consta, e ouvido o Ministerio Publico:

Considerando que contrahindo o concelho de Celorico da Beira os mencionados emprestimos, como constam dos documentos juntos, a freguesia e povoação desannexadas partilharão das responsabilidades que a todo o concelho se impunham pelos contratos celebrados;

Considerando que os respectivos emprestimos foram legalmente contrahidos e celebrados, (documentos de fl. . .);

Considerando que as populações dos concelhos concorrem para as despesas do Municipio na proporção dos respectivos rendimentos collectaveis;

Considerando que a Camara recorrente não deixa de reconhecer que lhe cabem responsabilidades na satisfacão dos encargos resultantes para o Municipio de Celorico da Beira, dos emprestimos contrahidos;

Considerando que as disposições do citado decreto de 13 de janeiro de 1898 não teem affixação á hypothese dos autos que versa sobre desannexação de freguesias e não sobre concelhos restaurados, hypothese restricta do citado decreto;

Considerando ainda que os emprestimos de que se trata foram contrahidos anteriormente á data do decreto citado;

Considerando que a lei applicavel para a determinação da base collectavel no caso dos autos é a preceituada no artigo 453.º do Codice Administrativo vigente;

Considerando que a allegação sobre as arguidas irregularidades na administracão do Municipio de Celorico é descabida nos autos;

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, em confirmar a sentença recorrida, negando provimento no recurso.

O Ministro do Interior, assim o faça imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 16 de fevereiro de 1911.—O Ministro do Interior, Antonio José de Almeida.

Sendo presente ao Governo Provisorio da Republica Portuguesa, a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acerca do recurso n.º 13:254, em que são recorrentes José Maria Leite Junior, Bento José Leite, José Martins Leite e outros, e recorridos Bernardino Jordão, e o governador civil do districto de Braga, e de que foi relator o vogal extraordinario Dr. Manuel Paes Villas Boas.

Bernardino Jordão requereu ao governador civil de Braga, licença para o estabelecimento na cidade de Guimarães, de uma fabrica de luz electrica para illuminacão publica e particular, com caldeiras de alta pressão, juntando ao requerimento a planta de fl. . ., e sendo-lhe feita a pedida concessão por despacho d'aquelle magistrado de 28 de abril de 1909 (documento a fl. . .), e desattendida a reclamação que contra o mesmo despacho tinham apresentado José Maria Leite, casado, Bento José Leite, viuvo, e outros da referida cidade, com fundamento na 2.ª parte do artigo 7.º do regulamento, e tabellas annexas, de 21 de outubro de 1863, porquanto do estabelecimento da fabrica pelas machinas que tinham de ser empregadas para a laboração da mesma, resultava risco para a sua segurança pessoal, como prejuizos certos para as suas propriedades, pelos perigos de explosões a que ficaram sujeitos, como pelos estragos que resultaram nos productos das suas industrias (fabrica de cortumes) vem este recurso do mencionado despacho.

O que tudo visto, e ouvido o Ministerio Publico: Considerando que os documentos juntos a fl. 24, 33, 44, 45 e 50, demonstram que foram observadas as dispo.